

Apresentação

*Maria Regina Celestino de Almeida**

Onde estão os índios na História do Brasil? Foi a pergunta feita, recentemente, aos editores da *Tempo* por Nancy de Castro Faria, nossa revisora de português por mais de uma década. A pergunta colocada por alguém acostumada a ler inúmeros artigos de História sobre os mais diversos temas é significativa a respeito dessa grande lacuna em nossa historiografia.

Em nossos dias, no entanto, tal situação vem-se alterando, e a organização deste dossiê já é um reflexo dessa lenta mudança. No Brasil, em proporções menores que em outras regiões da América, as populações indígenas vão, aos poucos, ganhando espaço em nossa historiografia. Nas últimas décadas, a aproximação crescente entre historiadores e antropólogos tem conduzido a novas proposições teóricas, que, ao complexificarem conceitos como cultura e etnicidade, questionam antigos dualismos como índio puro/índio aculturado; estruturas culturais/processos históricos; aculturação/resistência e permitem um novo olhar sobre as relações de contato entre os índios e as sociedades envolvidas. O resultado tem sido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares que tendem a valorizar as atuações dos índios como importantes variáveis para a compreensão dos processos históricos nos quais se inserem. Assim, de vítimas passivas ou selvagens rebeldes que, uma vez vencidos, não movimentavam a história, diferentes grupos étnicos da América passam, a partir dessas pesquisas, a figurar como agentes

* Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.
E-mail: reginacelestino@uol.com.br.

sociais que, diante da violência, não se limitaram ao imobilismo ou à rebel- dia. Impulsionados por interesses próprios e visando à sobrevivência diante das mais variadas situações caóticas e desestruturadoras, movimentaram-se em diferentes direções, buscando múltiplas estratégias que incluíam rearti- culações culturais e identitárias continuamente transformadas na interação com outros grupos étnicos e sociais.

Este dossiê reúne artigos de historiadores e antropólogos que analisam tais interações por meio de estudos de casos concretos em temporalidades e espaços diversos. Quatro artigos tratam de regiões de fronteira, nas quais os índios e os colonizadores desenvolveram diferentes formas de relações que continuamente se modificavam, conforme suas próprias dinâmicas. Os três primeiros abordam esses encontros, no século XVIII, em três diferentes regiões da América Portuguesa, que constituem hoje os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Amazonas, enquanto o quarto, com recorte temporal mais longo, do século XVI ao XIX, aborda a região sul da América Espanhola, no atual centro-sul do Chile. No quinto artigo, as relações entre as populações em contato são enfocadas por meio da análise de um objeto de coleção de museu: o retrato de Guido, um menino Bororo, que, revestido de historicidade, revela instigantes conexões entre os agentes em contato e os diferentes significados que os objetos podem adquirir nas coleções dos museus para índios e não-índios.

No primeiro artigo, Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur desvelam a significativa atuação dos índios nos sertões e nas vilas mineiras. Os conflitos nos sertões complexificam-se, na análise dos autores, de forma que, nas intrincadas relações ali estabelecidas entre posseiros, soldados e ín- dios, estes últimos deixam de figurar nos extremos de selvagens ou vítimas indefesas dos bandeirantes. Nas vilas, o foco recai sobre os índios inseridos na sociedade colonial, que desafiavam seus administradores, ao rejeitarem a condição de mestiços e afirmarem, nas “ações de liberdade”, a identidade indígena que os livrava da escravidão, conforme a legislação de Pombal.

O artigo de Elisa Frühauf Garcia trata da política pombalina de inte- gração dos índios guaranis ao império português, enfocando os limites e as implicações da política lingüística desenvolvida em dois estabelecimentos de ensino criados na Aldeia dos Anjos, no Rio Grande de São Pedro. As dificuldades de implementação dessa política que visava proibir o guarani e obrigar os índios a falarem o português são analisadas de forma complexa e

interdisciplinar, o que permite à autora levantar instigantes questões sobre os processos de mudança cultural e reafirmação étnica vivenciados pelos grupos em contato.

Patrícia Maria Melo Sampaio enfoca as ações e estratégias dos índios nas vilas coloniais da Amazônia Portuguesa no momento da implantação da Carta Régia de 1798, que aboliu o Diretório dos Índios (1757-1798). Ressaltando a importância dos vassallos índios naquela capitania e o temor das autoridades de que eles passassem para o lado espanhol, a autora apresenta as adaptações das legislações como resultado de negociações sistemáticas com as lideranças indígenas, de forma que as ações e estratégias dos índios são vistas como fatores essenciais para a construção das políticas indígenas e indigenistas da Amazônia.

Guillaume Boccara estuda, ao longo dos séculos, o processo de construção da identidade Mapuche, abordando as complexas relações de conflitos e negociações entre os índios Reche/Mapuche e os agentes coloniais. Evidencia-se que as mudanças culturais e identitárias daí resultantes foram fruto tanto das atuações dos índios quanto dos colonizadores. O suposto caráter exclusivamente conflitivo das áreas de fronteira dá lugar à idéia de espaço de interações fluidas e dinâmicas entre diferentes grupos étnicos e sociais, no qual se alteram relações de hostilidade e de trocas comerciais e culturais.

Combinando estudos históricos e etnográficos, João Pacheco de Oliveira analisa o retrato de Guido, o menino Bororo, identificando seus múltiplos significados. No contexto da chamada pacificação dos Bororo, o autor analisa as complexas relações entre os atores, refletindo sobre suas compreensões a respeito das próprias histórias, que se revelam por meio de textos, desenhos e objetos. Apresenta, pois, uma reflexão sobre os diferentes sentidos desses objetos para as populações em contato e sobre o significado de que se revestem no âmbito da coleção do Museu Nacional, lembrando que as representações dos índios ali expostas não se encerram em suas vitrines, mas possuem conexões com identidades dos índios no presente. O artigo aponta para a importância de se levar em conta a historicidade dos objetos museológicos, cujos sentidos são continuamente reinterpretados e ressemantizados, conforme os contextos e os agentes sociais.

Todos os estudos, portanto, se inserem num quadro teórico-conceitual no qual se enfatiza a historicidade das culturas e das identidades étnicas,

valorizando-se as ações dos índios e os processos históricos como elementos importantes para a compreensão do desenvolvimento das próprias relações de contato e das sociedades daí resultantes. Nesse sentido, contribuem não apenas para uma revisão da história indígena, mas das próprias histórias nacionais e coloniais. Lembrando Jonathan Hill, desde a chegada dos europeus às Américas, as histórias dos índios passaram a se entrelaçar com as dos colonizadores e não devem ser vistas de forma distinta, nem em oposição a elas. Ao apresentar histórias indígenas imbricadas com as histórias coloniais/nacionais, os trabalhos deste dossiê convidam os leitores a repensarem o lugar dos índios na História do Brasil e da América e respondem, ao menos em parte, à pergunta colocada por nossa estimada revisora.

A entrevista com Serge Gruzinski e a resenha de Ronald Raminelli, publicadas neste número, complementam o dossiê. Serge Gruzinski, historiador da École des Hautes Études en Sciences Sociales e referência internacional para estudos interdisciplinares sobre relações interétnicas e mestiçagens culturais, nos fala sobre as dificuldades e os avanços da história indígena na América em perspectivas interdisciplinares e comparativas. Ronald Raminelli, historiador da UFF, especialista em pesquisas no campo histórico-antropológico, incluindo a temática indígena, levanta importantes questões sobre o dilema do tempo na etno-história, ao nos apresentar o livro *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*, de Cristina Pompa, antropóloga com alma de historiadora, cujo trabalho mereceu o primeiro lugar no concurso ANPOCS de 2002.